LEI Nº 032/83

Súmula: Dispões Sobre o Sistema Tributário do Município e dá outras Providências.

EDSON SANTOS, Prefeito Municipal de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º - Este Projeto de Lei regula, com fundamentos na Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Leis Complementares, os direitos e obrigações que emanam das relações juridições jurídica referente a tributos de competência municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Este Projeto de Lei tem a denominação de "CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA".

LIVRO PRIMEIRO

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

T Í T U L O 1

DA ESTRUTURA

Artigo 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I - Os Impostos

a) - Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) - Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza.

II - As Taxas

a) - Taxas decorrentes das atividades do poder de polícia / do Município;

b) - Taxas decorrentes de utilização efetiva de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contri-

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Fls 002

buinte ou posto a sua disposição.

III - A Contribuição de Melhoria

T Ì T U L O II

DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir que não constitua senção / de ato ilícito, instituído em lei pelo Poder Público, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa, plenamente vinculada.

Artigo 4º - Os tributos são impostos, taxas de contribuição de melhoria.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador umA situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Taxa é o tributo que tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua/ disposição.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Contribuição de Melhoria é o tributo / instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que derive valorização imobiliária.

CAPÍTULO II

Competência tributária

Artigo 5º - O Município de Alta Floresta, ressalvada as limitações de competência tributária constitucional, de leis complementar e /

deste código, tem competência legislativa plena, quanto a inci / dência, lançamento, arrecadação, fiscalização de tributos municipais.

Artigo 6º - A competência tributária é indelegável, salvo atribuições, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que a conferir.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Não constitui delegação de competência o / cometimento, as pessoas de direito privado, do encargo ou dá função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO III

Limitações de Competência Tributária

Artigo 7º - É vedado ao Município:

I - Instituir ou majorar tributos sem que a lei estabeleça ressalvados os casos previstos na Constituição;

II - Estabelecer limitações ao tráfego, no território municipal de pessoas ou mercadorias por meio de tributos, intermunicipais;

III - Cobrar imposto sobre:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 004

a) O patrimônio ou serviços da União, dos Estados e de outros Municípios.

b) O patrimônio ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou assistência social observados os requisitos fixados neste Capítulo;

c) Templos de qualquer culto;

d) o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado a sua impressão.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O disposto no inciso III não exclui a atribuição, por lei às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensas da prática de atos, previstos em lei assecuratórios do cumprimento das obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O disposto na alínea "a" do inciso III, aplica-se exclusivamente, aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerente aos seus objetos.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - O disposto na alínea "a" do inciso III, observando o disposto nos §§ 1º e 2º, supra, é extensivo as autarquias, tão somente no que se refere ao patrimônio ou aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 4º PARÁGRAFO 4º- O disposto na alínea "a" do inciso III não se aplica aos Serviços Públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere ao tributos de sua competência ressalvado o que dispõe o artigo seguinte.

§ 5º - PARÁGRAFO 5º - O disposto na alínea "b" do inciso III é subordinado à observância pela entidade nele referida, dos requisitos seguintes:

a) - Não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

b) - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 6º - PARÁGRAFO 6º - Na falta de cumprimento do disposto nos §§ 1º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente pode supreender, digo suspender a aplicação do benefício.

§ 7º PARÁGRAFO 7º - Os serviços a que se refere a alínea "c" do inciso III são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata o parágrafo 5º, previsto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Artigo 8º - Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público quanto aos imóveis prometidos a venda, desde o momento em que constituir o ato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de transferência de domínio ou da posse do imóvel, pertencentes às entidades referente, digo referidas, neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, comodatário, concessionário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 006

T Í T U L O III

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I

Da incidência e do Fato Gerador

Artigo 9º - O Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do/ bem imóvel por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construíndo ou não, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana definida em Lei Municipal observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois' dos seguintes incisos, constuídos ou mantidos pelo poder pú -/ blico.

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - estabelecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para / distribuição domiciliar;

V - escola primária e posto de saúde, a uma distância máxima / de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Considera-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, e os sítios de recreio mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.

Artigo 10 - O imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbano incide sobre:

I - Imóvel sem edificação;

II - Imóveis com edificações.

Artigo 11 - Considera -se terreno:

I - Os imveis sem edificações

II - Os imóveis com edificações em andamento ou cuja obra esteja paralizada, bem como edificações condenadas ou em ruínas

III - Os imóveis cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - Os imóveis em que houver edificação, considerada a critério da administração, como inadequado, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

V - Os imóveis que contenham edificações, de valor não superior a vigésima parte do valor do terreno;

VI- Os imóveis destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação específica.

Artigo 12 - Considera-se prédio:

I - Todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual fôr a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no artigo anterior;

II - Os imóveis edificados em terrenos cujos loteamentos foram aprovados mas não aceitos;

III - Os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outros como o objetivo de lucro, diferente das finalidades necessárias para a obtenção de produção agrícola e sua transformação.

Artigo 13 - A incidência do imposto, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 14 - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador, no primeiro dia de cada ano.

Artigo 15 - O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedades ou de direitos reais/ a ela relativos.

CAPÍTULO II

Da Base de Cálculos e da Alíquota

Artigo 16 - O imposto predial e territorial urbano, será devido anualmente e calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis respectivos, das alíquotas estabelecidas na Tabela dos -/ Anexos I, que integra esta Lei.

Artigo 17 - Sem prejuízo do diposto no artigo anterior, independentemente da atualização anual dos valores venais, as alíquotas incidentes nas zonas beneficidas por objetos de complementação urbana, sofrerão um acréscimo de acordo com estabelecido na Tabela.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Considera-se zonas beneficiadas por objetos de complementação urbana, as vias e logradouros públicos que tenham os serviços de qualquer tipo / de pavimentação.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O início da obra licenciada exclui automáticamente a progressividade das alí-// quotas, passando o imposto a ser calculado no exercício seguinte, de acordo com as alíquotas constantes da tabela, que integra esta Lei, será considerado a alíquota progressiva para cálculo do IPTU, quando a obra for paralizada, a critério do Executivo.

Artigo 18 - O valor venal dos imóveis, será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando em conta, a

critério da repartição, os seguintes elementos:

I - Nos casos de terrenos:

a) - o valor declarado pelo contribuinte;

b) - o índice de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

c) - os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda, realizados nas zonas respectivas;

d) - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;

e) - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

II - Nos casos de prédios:

a) - a área construída;

b) - o valor unitário da construção;

c) - o estado de conservação da construção;

d) - o valor do terreno, calculado na forma do ítem anterior.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º : Na determinação na base de cálculo não se considera o valor dos bens imóveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º : No caso de imóveis com edificação, destinado a indústria ou ao comércio, previstos no ítem III do artigo 12 para efeito de cálculo do imposto, a área do terreno não poderá ser superior a 10 (dez) vezes a área da construção.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º : O critério a ser utilizado para a apuração, dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto, será definido em regulamento e tabelas de valores baixados anualmente, pelo executivo.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 010

CAPÍTULO III

Da Inscrição do Cadastro Imobiliário

Artigo 19 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - Pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II - Por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio ;

III - Pelo compromissário comprador, compromitante vendedor cessionário ou cedente, nos casos de compromisso de compra e venda ou de cessão de direitos;

IV - De ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal, autarquia, ou ainda quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

V - Pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

VI - Pelo alienante de qualquer natureza, em conjunto, nas transferências de qualquer natureza, simultaneamente com o pedido de certidão negativa necessária ao ato de alienação.

PARÁGRAFO ÚNICO : A inscrição que trata o inciso VI fica sujeito às seguintes normas, além de outras que a autoridade administrativa estabelecer:

a) - não será fornecida certidão negativa se o requerimento não estiver assinado pelo adquirente, admitindo-se que a assinatura do alienante seja suprida pelo Tabelião ;

B) - se a transferência do imóvel não se ultimar, o adquirente, no prazo de 30 (trinta) dias, da data da certidão, deverá solicitar o cancelamento da transferência sob pena de ficar solidariamente responsável com o alienante pelos tributos futuros.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 011

Artigo 20 - Para efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário dos Imóveis urbanos, com exceção do previsto no inciso VI do artigo anterior, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo próprio.

Artigo 21 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição municipal, poderá mencionar tal circunstância bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Artigo 22 - Incluem-se também na situação prevista no artigo anterior, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 23 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, áreas total, as áreas cedidas ao patrimônio público municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Artigo 24 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam alterar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Artigo 25 - A anotação da edificação nova, reconstruída ou reformada se fará da seguinte forma:

I - Pela remessa da concessão do habite-se, à repartição fazendária;

II - Ex-Ofício pela repartição fazendária no caso de edificação em condições de uso.

CAPITULO IV

Do Lançamento e da Arrecadação

Artigo 26 - O lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, poderá ser feito em conjunto com os demais tributos que recairem sobre o imóvel.

Artigo 27 - Par-se-á o lançamento em nome sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de um ou mais condôminos, respondendo todos pela totalidade do lançamento.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio.

§ 4º - PARÁGRAFO 4º - Os imóveis pertencentes a espólio cujo inventário esteja sobre estado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - PARÁGRAFO 5º - No caso de imóveis objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, no de ambos, ficando sempre, um e outro, solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

Artigo 28 - O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O lançamento será anual e o recolhimento de acordo com o número de parcelas e prazos que o regulamento estabelecer.

Fls. 013

Artigo 29 - O contribuinte será notificado do lançamento do imposto:

I - Pela entrega do aviso ou notificação no seu domicilio tributário, à sua pessoa, à de seus familiares, representantes ou prepostos;

II - Em forma de avisos publicados no Órgão Oficial do Município dos imóveis lançados, constando os respectivos prazos de vencimentos;

III - Por via postal;

IV - Por edital.

CAPÍTULO V

Das Infrações e das Penalidades

Artigo 30 - Para as infrações, serão aplicadas as penalidades, à razão de um porcentual, sobre o valor venal do imóvel, à época da lavratura do auto de infração, da seguinte forma:

I - Multa de 5% (cinco por cento); quando não for promovida a inscrição ou a sua alteração na forma e prazo determinado;

II - Multa de 10% (dez por cento); quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto;

III - Multa de 25% (vinte e cinco por cento); se for comprovada a má fé do contribuinte nas informações prestada por este.

CAPÍTULO VII

Das Isenções

Artigo 31 - Desde que cumpridas as exigências da Legislação Tributária são isentos do imposto:

I - Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade, para uso exclusivo da União, Estado, Município e de suas autarquias;

ARQUIVO MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Fls 024

II - Os imóveis pertencentes às Sociedades de Economia Mista Municipal, Empresas Públicas Municipais e Fundações Instituidas pelo Poder Público;

III - Os imóveis pertecentes a hospitais e cooperativas de atendimento médico-hospitalar que provarem ter colocado à disposição da Administração Municipal, serviços médico-hospitalar correspondente, no mínimo ao montante do imposto;

IV - Os imóveis pertencentes aos estabelecimentos de ensino que provarem ter colocado à disposição da Administração Municipal, um número de vagas correspondentes ao montante do imposto;

V - As residências pastorais de propriedade de igrejas quando no mesmo terreno ou contíguo ao da igreja.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderá, por decreto do executivo, ser isentos de impostos as empresas ou entidades que julgam de interesse para o desenvolvimento do Município.

TÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I

Da Incidência e do Fato Gerador

Artigo 32 - O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, dos serviços de:

1 - Médicos, dentistas e veterinários.

2 - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos.

3 - Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica.

4 - Hospitais, sanatórios, ambulatórios, pronto-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica.

5 - Advogados ou provisionados.

6 - Agentes da propriedade industrial.

7 - Agentes da propriedade artística ou literária.

8 - Peritos e avaliadores.

9 - Tradutores e intérpretes.

10 - Despachantes.

11 - Economistas.

12 - Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade.

13 - Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência-técnica prestados e terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador de serviço).

14 - Datilografia, estenografia, secretaria e expediente.

15 - Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras).

16 - Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulso por ele contratados.

17 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas.

18 - Projetista, calculistas, desenhistas técnicos.

19 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada , de construção civil, de obras hidráulicas destoca terraplenagens, desmates ou outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento ' de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitas ao ' ICM).

20 - Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitos ao ICM).

21 - Limpeza de imóveis.

22 - Raspagem e lustração de assoalhos.

23 - Desinfecção e higienização.

24 - Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário no final do objeto lustrado).

25 - Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza.

26 - Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres.

27 - Transporte e comunicação, de natureza estritamente municipal.

28 - Transporte coletivo de passageiros, de natureza estritamente Municipal, transportes de passageiros em veículos de aluguel (taxi).

29 - Diversões públicas:

a) - teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres;

b) - exposições com cobrança de ingresso;

c) - bilhares, boliches e outros jogos permitidos;

d) - bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;

e) - competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão;

f) - execução de música, individualmente ou por conjuntos;

g) - fornecimento de música mediante transmissão, por qualquer processo.

29 - Organização de festas "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitas ao ICM).

30 - Agências de turismo, passeios e excursão, guias de turismo.

31 - Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos ítens 58 e 59.

32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no ítem anterior e nos ítens 58 e 59.

33 - Análises técnicas.

34 - Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.

35 - Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas, ou sistema de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.

36 - Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos, carga descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos.

37 - Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).

38 - Guarda e estacionamento de veículos.

39 - Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (O valor da alimentação, quando incluído o preço da diária ou mensalidade, ficam sujeitos ao imposto sobre serviços).

40 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto, ou substituição de peças, aplica-se o disposto no ítem 41).

41 - Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA 018

42 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).

43 - Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis de objetos não destinados a comercialização de mercadorias).

44 - Ensino de qualquer grau ou natureza.

45 - Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final quando o material, saldo o aviamento, seja fornecido pelo usuário.

46 - Tinturaria e lavanderia.

47 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.

48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço do poder público, as autarquias as empresas concessionárias de produção de energia elétrica).

49 - Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço:

50 - Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução: estúdios de gravação de "vídeo-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora.

51 - Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no ítem anterior.

52 - Locação de bens móveis.

53 - Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.

54 - Guarda, tratamento e amestramento de animais.

55 - Florestamento e reflorestamento.

56 - Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução que fica sujeito ao ICM).

57 - Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.

58 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.

59 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedade de corretores, regularmente autorizadas a funcionar)

60 - Encadernação de livros e revistas.

61 - Aerofotogrametria.

62 - Cobranças, inclusive de direitos autorais.

63 - Distribuição de filmes cinematográficos e de "vídeo-tapes".

64 - Distribuição e venda de bilhetes de loteria.

65 - Empresas funerárias.

66 - Taxidermista.

67 - Serviços profissionais e técnicos, não compreendidos nos ítens anteriores, e a exploração de qualquer atividade que represente prestação de serviços e que não configura fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.

PARÁGRAFO 1º - Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos em sua totalidade ao imposto, ainda que a respectiva prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções contidas na própria lista.

Artigo 33 - A incidência do imposto idepende:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços.

lecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - São, também considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviço de natureza itinerante, enquadradas como Diversões Públicas.

Artigo 36 - Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - Quando a base de cálculo for o preço do serviço, o momento de prestação;

II - Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedades nas condições do Artigo 40 e 41.

a) - ao primeiro dia seguinte aquele que tiver início a atividade;

b) - no primeiro dia de cada ano, nos exercícios sussequentes desde que continuada a prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Artigo 37 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Artigo 38 - Preço do serviço é a receita bruta a ela correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de sub-empreitada de serviço, frete, despesas ou imposto.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Constituem parte integrante do preço:

I - Os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II - Os ônus relativos a concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese da prestação de serviços, sob qualquer modalidade;

III - O montante do imposto transferido ao tomador do serviço cuja indicação nos documentos fiscais será considerado, simples elementos de controle;

Artigo 34 - Para efeito da incidência do imposto, considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II - no caso de construção civil o local onde se efetuar a prestação.

Artigo 35 - Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas as atividades listadas no Artigo 32, seja matriz, filiais, sucursal, escritório de representação ou contato ou esteja sob outra denominação de significação assemelhado.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação, parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeitos de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de elementos tais como:

a) - indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência;

b) - locação do imóvel;

c) - propaganda ou publicidade;

d) - fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou seu representante.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabe-

IV - Os valores dispendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Não integram o preço do serviço os valores relativos a:

I - desconto ou abatimento total ou parcial sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados;

II - materiais fornecidos pelo prestador e subempreitadas já tributadas pelo Imposto, nos casos dos serviços previstos nos ítens 19 e 20 da lista de serviços.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Estão sujeitas ainda ao imposto, o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as excessões previstas na própria lista.

Artigo 39 - O imposto será cobrado com base no preço dos serviços de conformidade com as alíquotas da Tabela do Anexo II, que integra esta lei.

Artigo 40 - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal no próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Considera-se profissional individual ou autônomo aquele que forneça o seu próprio trabalho com o auxílio de, no máximo, dois empregados, desde que não possuam a mesma qualificação profissional do empregador.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Os profissionais não enquadrados no parágrafo anterior, terão como base de cálculo a receita bruta.

Artigo 41 - Quando os serviços a que se referem os ítens 1, 2, 3, 5, 6, 11,12 e 17 da lista de serviços, forem prestados por sociedades uni-profissionais, o imposto será calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não que preste serviços em nome da sociedade embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável, de acordo com o estabelecimento na Tabela do Anexo II.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A alíquota será acrescida de (10%) dez por cento por empregado em relação ao profissional habilitado, que tenha como auxiliar mais de 02 (dois) empregados não habilitados.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - As firmas individuais e as pessoas físicas previstas no parágrafo 2º do artigo 40, que prestem serviços enquadrados nos ítens 1, 2, 3, 5, 6, 11, 12 e 17 da lista de serviços terá o imposto calculado na forma prevista neste artigo.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - O disposto neste artigo não se aplica à sociedades em que exista:

I - sócio não habilitado ao exercício de atividade correspondente aos serviços prestados pela sociedade;

II - sócio pessoa jurídica.

Artigo 42 - As sociedades uniprofissionais constituídas em desacordo com o artigo anterior estarão sujeitas ao pagamento do imposto calculado sobre a receita bruta.

Artigo 43 - Na hipótese de prestação de serviços por empresa ou a ela equiparada, emquadrada em mais de uma atividade prevista na referida lista, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas da Tabela em anexo a presente lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contribuinte deverá manter escrituração que

permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado na forma mais onerosa, mediante aplicação para os diversos serviços de alíquota mais elevada.

Artigo 44 - O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente da seguinte forma:

I - em pauta que reflita o corrente na praça;

II - mediante estimativa;

III - por arbitramento nos casos especificamente previstos.

Artigo 45 - No cálculo do imposto por estimativa, serão observadas as seguintes normas:

I - com base em informações do contribuinte e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas a atividade, serão estimados o valor provável da receita tributável e o imposto total a recolher.

II - o montante do imposto assim estimado será lançado e recolhido na forma e prazos previstos em regulamentos;

III - findo o exercício ou o período da estimativa, ou deixado o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte;

IV - verificado qualquer diferença entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamento devido à mesma será:

a) - recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independente de qualquer iniciativa de administração, quando a esta for devida;

b) - creditada para dedução no imposto do exercício seguinte.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá a critério da autoridade

competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Poderá a qualquer tempo, ser suspenso a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

Artigo 46 - A receita bruta será arbitrada sempre que:

I - o contribuinte não possuir documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;

II - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória;

III - ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;

IV - seja omissos ou não mereçam e as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou quando não possibilitem a apuração da receita;

V - o contribuinte não houver recolhido o imposto nos prazos determinados por lei ou regulamento, caso de recolhimento por homologação (auto-lançamento);

VI - ocorrer o exercício de qualquer atividade que implique realização de operação tributável, sem que o contribuinte esteja devidamente inscrito na repartição fiscal competente.

Fls 026

Artigo 47 - Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, terá como base de cálculo o somatório dos valores das seguintes parcelas:

I - o valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

II - folha de salários pagas durante o período, adicionados de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas sociais e tributárias.

III - aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprios, 3% (tres por cento) do valor dos mesmos computados ao mes ou fração;

IV - despesas com o fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo.

I - a receita lançada para o contribuinte em anos anteriores;

II - a receita auferida por contribuinte de uma mesma atividade.

CAPÍTULO III

Da Inscrição no Cadastro

Artigo 48 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços previsto no artigo 32, ficam obrigados à inscrição no Cadastro de Contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

PARÁGRAFO ÚNICO - A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estipulados em regulamento.

Artigo 49 - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá reve-las a qualquer época independente de prévia ressalva ou comunicação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

Artigo 50 - A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Artigo 51 - A inscrição deverá operar-se antes do início das atividades do prestador do serviço.

Artigo 52 - O contribuinte é obrigado a comunicar a cessação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Em caso do contribuinte deixar de recolher o imposto por mais de 01 (um) ano consecutivo e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados ex-ofício na forma que dispuser o regulamento.

PARÁGRAFO 2º - A anotação de cessação ou paralização da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa ex-ofício que serão cobrados.

CAPÍTULO IV

Do Lançamento e da Arrecadação

Artigo 53 - O lançamento do imposto será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes sujeitos ao imposto, tendo como base os dados constantes no cadastro de Prestadores de Serviços (Cadastro Mobiliário).

Artigo 54 - O imposto será recolhido:

I - por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabe-

lecidos em regulamento;

II - por meio de notificação de lançamento, emitidos pela repartição competente.

Artigo 55 - Consideram-se contribuintes distintos, para efeitos de lançamento e cobrança do imposto:

I - os que, embora do mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contínuos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPÍTULO V

Da Escrita fiscal

Artigo 56 - Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

I - manter em uso, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que isentou ou não tributados;

II - emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento exigido pela Administração, por ocasião da prestação de serviços

Artigo 57 - Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A escrituração fiscal deverá ser mantida em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição Municipal, ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares;

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não

poderão ser retirados do estabelecimento ou domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

Artigo 58 - A autoridade administrativa, por despacho fundamentado, poderá:

I - permitir a adoção do regime especial, para a emissão de documentos e escrituração de livros fiscais, quando vise facilitar o cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações fiscais;

II - exigir a adoção de livros ou documentos especiais, tendo em vista a peculiaridade ou complexidade do serviço prestado;

III - dispensar a emissão de notas fiscais aos contribuintes de rudimentar organização conforme descrição em regulamento ; sendo o imposto pago por estimativa.

IV - dispuzer a emissão de notas fiscais de diminutas importâncias, conforme dispuzer em regulamento.

Artigo 59 - Sendo insatisfatório para a fiscalização, os meios normais de controle para a apuração do imposto, poderá ser exigido dos contribuintes a apresentação de livros contábeis, bem como de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados e da receita apurada.

CAPÍTULO VI

Do Sujeito Passivo

Artigo 60 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É solidariamente responsável com o prestador do serviço:

I - O proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel, a frete ou de transporte coletivo, no território do Município

II - O responsável técnico pela execução de obras de construção civil ou semelhante, inclusive quanto aos serviços auxiliares ou subempreitadas;

III - O proprietário da obra;

IV - O proprietário ou seu representante, que ceder dependência ou locais para a prática de jogos e diversões sem que o contribuinte esteja quites com o imposto.

Artigo 61 - Quem se utilizar de serviços prestados por firmas ou autônomos, exceto profissionais liberais, deverá certificar-se de que o prestador do serviço é inscrito na Prefeitura como contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Não estando o prestador do serviço escrito, o usuário reterá o imposto devido, de acordo com a tabela do Anexo II, recolhendo-o prazo previsto em regulamento declinando o nome e endereço do prestador do serviço no verso da guia do recolhimento.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A falta de retenção do imposto na forma do parágrafo anterior implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO VII

Das Infrações e das Penalidades

Artigo 62 - As infrações sofrerão as seguintes penalidades:

I - Multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto lançado, nos casos de:

a) - falta de recolhimento do imposto lançado, apurado por meio de ação fiscal;

b) - recolhimento do imposto lançado, em importância menor que a efetivamente devida, apurada por meio de ação fiscal;

II - Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, apurado através de ação fiscal;

III - Multa de importância igual a 200% (Duzentos por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do Imposto retido na fonte, quando apurada por meio de ação fiscal.

IV - Multa de importância igual a 01 (um) UFAF, quando apurados por meio de ação fiscal, nos casos de:

a) comunicação de venda ou transferência de estabelecimento;

b) encerramento ou transferência do ramo de atividade fora do prazo.

V - Multa de importância igual a 2 (dois) UFAF, nos casos de:

a) - falta de inscrição no Cadastro de Prestadores de serviços;

b) - Adulteração de dados.

VI - Multa de importância igual a 3 (tres) UFAF, nos casos de :

a) - falta de livros fiscais ou de sua autenticação;

b) - dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

c) - falta de número de inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer Natureza, em documentos fiscais.

VII - Multa de importância igual a 5 (cinco) UFAF, por declaração, nos casos de:

a) - falta de quaisquer declaração de dados;

b) - erro, omissão ou falsidade nas declarações de dados.

VIII -Multa de importância igual a 10 (dez) UFAF, nos casos de :

a) - falta de emissão de notas fiscais ou outro documento exigido pela Administração;

b) - falta ou recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;

c) - retirada do estabelecimento, ou do domicílio do prestador, de livro ou documentos fiscais, salvo nos casos previstos na legislação;

d) - sonegação de documentos para apuração de preço do serviço ou da fixação da estimativa;

e) - embaraço à ação fiscal.

§ - PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas nos incisos I, letras "a" e "b" e II, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento), caso o débito seja quitado em 30 dias ou em 25% (vinte e cinco por cento), em 60 dias.

Artigo 63 - A reincidência da infração será punida com multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre seu valor.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

CAPÍTULO VIII
Das Isenções

Artigo 64 - São isentos de imposto:

I - A execução, por administração, empreitada e subempreitada, de obras hidráulicas ou da construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com:

a) - a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços Públicos;

b) - empresas públicas e Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas pelo Município.

II - Consertos, recitais, "shows", exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistenciais e educacionais, promovidos por entidades de personalidade jurídica e desde que a isenção seja previamente requerida;

III - Os hospitais e cooperativas de atendimento médico-hospitalar que provarem ter colocado à disposição da Administração Municipal serviços médicos-hospitalares correspondente, no mínimo, ao montante do imposto;

IV - Os estabelecimentos de ensino que provarem ter colocado a disposição da Administração Municipal um número de vagas correspondentes ao montante do imposto;

V - Os serviços prestados por entidades de classe, devidamente constituídas;

VI - os imóveis localizados na zona Especial Central de propriedade da Colonizadora destinados às repartições públicas, autarquias, Federais, Estaduais ou Municipais, até a data da transmissão da propriedade do imóvel.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Os serviços de engenharia consultiva a que se refere o ítem primeiro deste artigo são os seguintes:

I - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros relacionados com obras e serviços de engenharia.

II - Elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

III - Fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - No caso dos imóveis, referidos no inciso VI serem vendidos a pessoa de direito privado, ou pessoa física, fica suspensa a isenção, podendo a Prefeitura Municipal cobrar os tributos devidos anteriormente, a partir de janeiro de 1984.

TÍTULO V

Das Taxas Decorrentes das Atividades do Poder de Polícia do Município

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Artigo 65 - Considera-se poder de polícia a atividade de administração muni-

Artigo 65 - Considera-se poder de polícia a atividade de administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, concernente à segurança, higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício da atividade econômica, dependentes de concessão ou autorização do poder público, a tranquilidade pública ou respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo, no território do Município.

Artigo 66 - As taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município, classificam-se:

I - Licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros;

II - Licença para funcionamento em horário especial;

III - Licença para o comércio ambulante;

IV - Licença para a execução de arruamento, loteamentos e obras;

V - Licença para publicidade;

VI - Licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

VII - Licença para abate de gado fora do matadouro.

CAPÍTULO II

Da Taxa de Licença para localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústrias, Prestação de Serviços e Outros.

S E Ç Ã O I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Artigo 67 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agro-pecuária e de demais atividades, poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e fiscalização das condições de loca-

lização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pela prestação dos serviços de que trata o "caput" deste artigo, cobrar-se-á a taxa no ato da concessão da licença.

Artigo 68 - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será exigida renovagção de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Artigo 69 - As atividades cujo exercício dependem de autorização de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que se trata o artigo 67.

Artigo 70 - Considera-se distintos para efeitos da concessão e cobrança da taxa:

I - Os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos;

II - Os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico, ramo de negócios, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

SEÇÃO II

CÁLCULO DA TAXA

Artigo 71 - A taxa será calculada proporcionalmente ao número de meses ou frações de sua validade, mediante a aplicação de alíquotas constantes na Tabela do Anexo III, a esta lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 036

Artigo 72 - Contribuinte de taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização.

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO

Artigo 73 - A taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

Artigo 74 - O contribuinte é obrigado a comunicar a Prefeitura dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I - alteração da razão social, ou do ramo de atividade;

II - alteração na forma societária.

Artigo 75 - O pedido de licença para localização será promovido mediante o preenchimento de formulário próprio de inscrição no Cadastro fiscal da Prefeitura com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

SEÇÃO IV

DAS ISENÇÕES

Artigo 76 - São isentos da taxa:

I - As atividades das instituições de Educação e Assistência Social e médico -hospitalares, sem fins lucrativos e sem distribuição de qualquer parcela do resultado ou do patrimônio

CAPÍTULO III

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Artigo 77 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimento fora do horário normal, mediante requerimento e pagamento de uma taxa de Licença Especial.

Artigo 78 - A taxa de licença para funcionamento de estabelecimento em horário especial será devida pela prorrogação ou antecipação do horário de funcionamento nos períodos de festividades ou promocionais, conforme calendário baixado anualmente pela Administração.

Artigo 79 - A Licença Especial, só será concedida se o Contribuinte houver recolhido a taxa de licença e funcionamento ou de renovação de licença.

Artigo 80 - O comprovante do pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial, deverá ser conservado em local visível, junto ao Alvará de Licença para localização, sob pena de sanções previstas neste Código.

SEÇÃO II

CÁLCULO DA TAXA

Artigo 81 - A taxa será calculada de acordo com a tabela do anexo IV, a esta Lei.

Artigo 82 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito a fiscalização.

CAPÍTULO IV

Da Taxa de Licença para o Comércio Ambulante

SEÇÃO I

Da Incidência e do Fato Gerador

Artigo 83 - Comércio ambulante será exercido sómente em local determinado pelo Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - É considerado também, como comércio ambulante, o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros ou semelhantes, inclusive feiras.

Artigo 84 - O pagamento da taxa de licença para o comércio ambulante, nas vias e logradouros públicos, não dispensa da cobrança de ocupação do solo.

Fls. 038

Artigo 85 - É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

PARÁGRAFO ÚNICO - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa dos comerciantes, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por eles exercidas.

SEÇÃO II

CÁLCULO DA TAXA

Artigo 86 - A taxa será calculada por dia, mês ou ano, tendo como base a Unidade Fiscal de Alta Floresta (UFAF), conforme consta o anexo IV, a esta Lei.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Artigo 87 - São isentas da taxa de licença para o comércio ambulante:

I - os cegos, surdos-mudos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

II - os vendedores ambulantes de jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes, os verdureiros, pipoqueiros os vendedores de doces, salgados, frutas, caldo de cana, e congêneres, de que trabalham com cestas, até carrinhos de tração animal.

CAPÍTULO V

Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos, Loteamentos e Obras

SEÇÃO I

Da incidência e do Fato Gerador

Artigo 88 - A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento da exigências municipais e a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras e

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA fls 039

construção civil, de qualquer espécie, bem como, que pretende fazer arruamentos ou loteamentos.

Artigo 89 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio, pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Artigo 90 - Nenhum plano ou projeto de arruamento, loteamento e parcelamento do terreno pode ser executado sem a aprovação e o pagamento prévio da respectiva taxa.

SEÇÃO II

CÁLCULO DA TAXA

Artigo 91 - A taxa de licença para execução de arruamentos, loteamento e obras será cobrada de acordo com a tabela do Anexo VI, a esta Lei.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Artigo 92 - São isentos da taxa de licença para execução de arruamentos loteamentos e obras:

I - A limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - A construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III - A construção de barracões destinados a guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

CAPÍTULO VI

Da Taxa de Licença para Publicidade

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Artigo 93 - A taxa tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar por qualquer meio, publicidade em geral, seja em ruas e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso público.

Artigo 94 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - Os cartazes, letreiros, programas, quadros painéis, placas, anúncios e mostruários fixos ou volantes, luminosos ou não, postes, veículos ou calçadas, quando permitido; e

II - A propaganda falada por meio de amplificadores, alto-falantes e propagandistas.

Artigo 95 - Quanto à propaganda falada, o local e o prazo será designado a critério da Prefeitura.

Artigo 96 - Respondem pela observância das disposições desta Seção, todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado

Artigo 97 - O requerimento para a licença, deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade de acordo com as instruções e regulamentos específicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local em que se pretende colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento, a autorização do proprietário.

Artigo 98 - Ficam os anunciamtes obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, em número de identificação fornecido pela repartição competente.

SEÇÃO II

CÁLCULO DA TAXA

Artigo 99 - A taxa de licença para publicidade será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII, a esta lei.

Artigo 100- A taxa será arrecadada no ato da concessão da respectiva licença.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

S E Ç Ã O III

DAS ISENÇÕES

Artigo 101 - São isentas da taxa de licença para publicidade:

I - Os caracteres ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II - As tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de entradas;

III - Os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais industriais e prestadores de serviços, apostos nas paredes e vitrines internas e externas do estabelecimento.

IV - Os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

CAPÍTULO VII

Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo Nas Vias e Logradouros Públicos

Artigo 102 - Entende-se por ocupação do solo aquele feito mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesas, tabuleiros, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços, e estabelecimento privativo de veículos, em locais permitidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo do tributo e multa devidos a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos, qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção.

Artigo 103 - A taxa aerá calculada na forma da tabela prevista no Anexo VIII.

CAPÍTULO VIII

DA Taxa de Licença para Abate de Gado Fora do Matadouro Municipal

Artigo 104 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não for fei

Fls. 042

Artigo 104 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não for feito no matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, procedida a inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.

Artigo 105 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior, o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, cobrada de acordo com a tabela do anexo VIII.

Artigo 106 - A exigência da taxa não atinge o abate do gado em chequeadas frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizados pelo serviço federal competente.

Artigo 107 - Ficam sujeitos às penalidades previstas neste Código e nas posturas municipais quem abater gado fora do Matadouro Municipal, sem prévia licença da Prefeitura e o pagamento das taxas devidas.

TÍTULO VI

DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ESPECÍFICOS E DIVISIVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Artigo 108 - As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou posto à sua disposição, compreendem:

I - Taxa de Limpeza Pública;

II - Taxa de Coleta de Lixo;

III - Taxa de Combate a Incêndio;

IV - Taxa de Conservação de vias, Logradouros Públicos e Estradas;

V - Taxa de expediente;

VII - Taxa de Serviços de Pavimentação e Calçamento;

VIII- Taxa de serviços diversos.

CAPÍTULO II

Das Isenções

Artigo 109 - São isentos das taxas de Licença Pública, Coleta de Lixo, Combate a Incêndio, Iluminação Pública e Conservação de Vias e Logradouros Públicos:

I - Os próprios federais, estaduais, inclusive as fundações instituídas por lei federal, estadual ou municipal quando utilizados exclusivamente para seus serviços;

II - Os templos de qualquer culto e as residências pastoriais, de propriedade de igrejas, estas quando no mesmo ou em terreno contíguo.

III - Os próprios de instituição de assistência social e de educação, utilizados para esse fim, e sem locação a terceiros, e que atenda os seguintes requisitos:

a) - não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) - aplicarem integralmente no país os seus recursos, na manutenção dos objetivos institucionais;

c) - manterem escrituração de suas formalidades capazes de assegurar suas exatidões.

CAPÍTULO III

Da Taxa de Licença Pública

Artigo 110 - Os serviços decorrentes da utilização da Limpeza Pública, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, compreendem:

I - A limpeza de córregos, galerias pluviais, bocas de lobo, bueiros e irrigação;

II - A varrição, lavagem e a capinação de vias e logradouros.

Artigo III - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a Prefeitura mantenha, com regularidade, quaisquer dos serviços aos quais se refere o artigo anterior.

Artigo 112 - Os serviços compreendidos nos ítens I e II do artigo 110, serão devidos em função da soma das medidas lineares ou frações, lindeiros com logradouros públicos, e devida anualmente, de acordo com a tabela que constitui o Anexo IX, ao presente código.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito de cálculo desta taxa, dividir-se à a cidade em zonas, de acordo com os serviços executados em cada zona.

Artigo 113 - A taxa de limpeza pública pode ser lançado isoladamente, ou em conjunto com outros tributos, mas das notificações deverá constar obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Artigo 114 - O pagamento da taxa será feito nas épocas e nos locais indicados no regulamento.

CAPÍTULO IV

Da Taxa de Coleta de Lixo

Artigo 115 - Os serviços decorrentes da utilização de coleta de lixo, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, compreendem a coleta e remoção de lixo domiciliar.

Artigo 116 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio ou possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a Prefeitura mantenha, com regularidade, os serviços que se refere o artigo anterior.

Artigo 117 - O serviço compreendido no artigo 115, será devido em função da área edificada e da utilização do imóvel, e devida, anualmente,

de acordo com a tabela que constitui o Anexo IX, ao presente código.

Artigo 118 - A taxa de coleta de coleta de lixo pode ser lançada isoladamente, ou em conjunto com outros tributos, mas das notificações deverá constar, obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Artigo 119 - O pagamento da taxa será feito nas épocas e nos locais indicados no regulamento.

CAPÍTULO V

Da Taxa de combate a Incêndio

Artigo 120 - Os serviços decorrentes da utilização da vigilância e prevenção de incêndio, específicos e divisíveis prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, compreendem:

I - Potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II - Específicos, quando possam ser destacados em unidades autonômas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas.

Artigo 121 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou p possuidor a qualquer título, de imóvel edificado, situado em logradouros públicos.

Artigo 122 - Esta taxa será devido em função da área edificada e da utilização do imóvel e devida anualmente de acordo com a tabela que constituem o anexo X, ao presente código.

Artigo 123 - A taxa de combate a incêndios, pode ser lançada isoladamente, ou em conjunto com outros tributos mas da notificação, deverá constar, obrigatoriamente, a indicação de elementos distintos de cada tributo e os respectivo valores.

Artigo 124 - O pagamento da taxa será feito nas épocas e nos locais indicados no regulamento.

CAPÍTULO VI

Da Taxa de Conservação de Estradas,

Vias e Logradouros Públicos

Artigo 125 - Os serviços decorrentes da utilização de conservação de estradas vias e logradouros, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.

PARÁGRAFO 1º - § 1º - Considera logradouros as ruas, avenidas , parques, praças, jardins e similares.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Os serviços de reparação de estradas e logradouros não pavimentados, serão cobrados dos proprietários ou possuidores de imóveis beneficiados com os serviços de restauração, nivelamento e manutenção.

Artigo 126 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóveis, edificados ou não, beneficiados por um dos serviços citados no artigo anterior

Artigo 127 - Os serviços executados serão devido em função da soma das medidas lineares de imóveis, ou sua área, de acordo com a tabela que constitue o anexo XII, ao presente código.

Artigo 128 - A taxa de conservação de estradas, vias e logradouros, públicos , pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos mas da notificação deverá constar, obrigatoriamente, a indicação de elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Artigo 129 - O pagamento da taxa será feito nas épocas e nos locais indicados no regulamento.

CAPÍTULO VII

Da Taxa de Expediente

Artigo 130 - A utilização dos serviços de expediente, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição, com-

compreendem os serviços do anexo XIII.

Artigo 131 - Os serviços serão devidos pelo peticionário ou por quem tiver ' interesse direto no ato de administração municipal, e será co-' brada de acordo com a tabela do anexo XIII, ao presente código.

Artigo 132 - A cobrança da taxa de expediente será feita por meio de guia, ' conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for' praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal ' for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvi-do.

Artigo 133 - Ficam isentos do pagamento da taxa de expediente os requerimentos e certidões para:

a) - Fins eleitorais;

b) - Fins militares;

c) - Pedido de pagamento de subvenções;

d) - Conhecimento de vida funcional dos servidores públicos.

CAPÍTULO VIII

Taxa de Serviços de Pavimentação

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Artigo 134 - A taxa de Serviços de Pavimentação é devida pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços de pavimentação de vias, logra-' douros públicos, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, assim considerados de:

I - Colocação de guias e sarjetas, isoladamente ou em conjunto com quaisquer dos demais serviços preparatórios ou complementares a seguir mencionados:

a) - Estudos topográficos;

b) - Terraplanagem superficial;

c) - Consolidação e reaproveitamento do leito;

d) - Execução de pequenas obras de arte;

e) - Escoamento de águas pluviais;

f) - Obras complementares habituais.

II - Calçamento da parte carroçavel de via ou logradouro público, qualquer que seja o material usado;

III - Substituição ou reconstrução do calçamento.

Artigo 135 - A taxa não incide:

I - Na hipótese de simples reparação de pavimento, que precinda de novos serviços de infra estrutura;

II - A reconstrução ou substituição de pavimentação que tenha menos de 06 (seis) anos decorridos de sua execução.

Artigo 136 - As despesas com a reconstrução ou substituição serão de responsabilidade do município, quando na forma do artigo 135.

Artigo 137 - Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa na data da conclusão dos serviços referidos no artigo 134.

S E Ç Ã O II

SUJEITO PASSIVO

Artigo 138 - Contribuinte da taxa é o proprietário o titular de domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público abrangido pelos serviços de pavimentação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro por ruas passagens particulares, estradas de vila bem como outros assemelhados.

S E Ç Ã O III

CÁLCULO

Artigo 139 - A Taxa será calculada pelo preço dos serviços executados dividido proporcionalmente em função da testada do imóvel, e a largura da faixa carroçável e ainda:

I - 15% de acréscimo de administração, quando o pagamento for a

vista e prestados com recursos próprios;

II - 20% de acréscimo de administração e juros de 1% (um por cento) ao mês, quando o pagamento for de 20 (vinte) meses e prestados com os recursos próprios;

III - As prestações da taxa de pavimentação, serão corrigidas monetariamente de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (O.R.T.N.), quando os serviços forem prestados com recursos de financiamento específico em convênio com entidades públicas da União ou do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso do inciso III o lançamento não sofrerá reajustamento nos 12 primeiros meses contados do vencimento da primeira prestação.

Artigo 140 - Nos casos de substituição, a Taxa será cobrado:

I - Sobre o valor integral do novo serviço, se do anterior nada houver arrecadado;

II - Sobre a diferença entre o custo do calçamento substituído e o valor do material reutilizado. Em ambos os casos, nos moldes dos incisos I, II, III do artigo anterior.

Artigo 141 - Para os imóveis com frente para avenidas com canteiro central já realizado o previsto serão considerados, para efeito do cálculo, as larguras das faixas carroçavéis que forem ter à área central do canteiro.

Artigo 142 - Os imóveis situados com frente para praças públicas terão seus lançamentos efetuados com observância das mesmas normas previstas para os localizados em ruas comuns, ficando a cargo da Prefeitura a metade do leito com frente para praça.

Artigo 143 - O custo da área de cruzamento será computado totalmente no orçamento e rateado entre os imóveis da respectiva quadra na proporção das respectivas testadas.

S E Ç Ã O IV

LANÇAMENTO

Artigo 144 - No caso de condomínio em terreno não edificado, a Taxa será lançada em nome de todos os condomínios, que serão solidariamente responsáveis.

Artigo 145 - Tratando-se de edificação em condomínio, a Taxa será lançada em função ideal do terreno para cada unidade autônoma.

Artigo 146 - A Taxa de Serviços de Pavimentação constitui ônus reais e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos a ela relativos.

S E Ç Ã O V

ARRECADAÇÃO

Artigo 147 - No caso dos serviços prestados com recursos próprios, a Taxa será paga em prestações, na forma e prazos do regulamento, estabelecido em função da situação econômica-financeira do contribuinte e em imóveis com grandes testadas, limitada ao máximo de 60 (sessenta), neste caso, serão recalculados os juros na forma do novo prazo.

Artigo 148 - Será facultado ao contribuinte o pagamento antecipado da Taxa , com desconto de:

I - De 10% (dez por cento) aos que efetuarem o pagamento total até o vencimento da primeira prestação;

II - De 1% (um por cento) de desconto ao mês aos que efetuarem o total de prestações não vencidas, no caso do lançamento ter sido acrescido de juros.

Artigo 149 - No caso de serviços prestados com recursos previstos no artigo 139, inciso III a Taxa será cobrada nos prazos e Normas estabelecidas em regulamento, aplicando-se uma redução de 10% nos terrenos de até 1000 m^2 de área, com duas ou mais testadas lindeiros logradouros.

SEÇÃO VI

DO PROGRAMA DOS SERVIÇOS

Artigo 150 - Os serviços de pavimentação obedecerão a dois programas:

I - Ordinário: serviços de pavimentação preferenciais, de iniciativa da Municipalidade;

II - Extraordinário: serviços de pavimentação solicitados por grupo de interessados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços extraordinários poderão ser executados desde que, no máximo de 50% (cincoenta por cento) dos interessados no trecho concordem em efetuar o pagamento a vista.

Artigo 151 - Havendo interesse sócio-econômico na execução das obras o Município participará do seu custo em até 50% (cincoenta por cento), estabelecido a critério do Executivo e em vista da sua necessidade.

CAPÍTULO IX

Da Taxa de Serviços Diversos

Artigo 152 - A utilização dos serviços diversos, específicos e divisiveis, prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição, compreendem:

I - Pela numeração e renumeração de prédios;

II - Pela Liberação de bens apreendidos ou depositados. Móveis , semoventes e de mercadorias;

III - Pelo alinhamento e nivelamento;

IV - De cemitério.

Artigo 153 - Os serviços de que trata o artigo anterior são devidos por quem tiver interesse direto no ato da Administração Municipal e será cobrada de acordo com a tabela do Anexo XIV, ao presente código.

Artigo 154 - A cobrança da taxa de serviços diversos será feita no ato da prestação de serviço, antecipadamente ou posteriormente segundo as condições previstas em regulamento.

TÍTULO VII

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Gerais

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 155 - Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas, executadas direta ou indiretamente do Governo Municipal:

I - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas:

II - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - Construção ou ampliação de sitemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações e redes elétricas, telefônicas, de transporte e comunicações em geral ou de suprimento de gás funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de cursos d'água e irrigação;

VI - Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII- Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspécto paisagístico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fl. 063

Artigo 156 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - Ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

II - Extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

S E Ç Ã O II

DOS CONTRIBUINTES

Artigo 157 - A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Responde pelo pagamento de contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do imóvel.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

S E Ç Ã O III

DO CÁLCULO

Artigo 158- O cálculo da contribuição de melhoria tem como limite:

I - Total - a despeza realizada;

II - Individual - o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou empréstimos.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Poderão ser incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios dela sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Artigo 159- O cálculo da contribuição de melhoria será procedido de seguinte' fôrma:

I - A administração decidirá sobre a obra ou sistema de obras a serem ressarcidas mediante a cobrança da contribuição de melhoria.

II - A administração elaborará o memorial descritivo da obra e o seu orçamento detalhado de custo, observando o disposto nos §§ 1º 3 e 2º do Artigo 158.

III - O órgão fazendário delimitará uma área suficientemente ampla em redor da obra objeto da cobrança, de modo a garantir o relacionamento de todos os imóveis de, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pela obra, sem preocupação de exclusão, nessa fase, de imóveis que, mesmo próximos à obra , não venham a ser por ela beneficiados;

IV - O órgão fazendário relacionará em lista própria todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior.

V - O órgão fazendário fixará, através de avaliação, o valor de cada um dos imóveis constantes na relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do ' cadastro imobiliário fiscal;

VI - O órgão fazendário avaliará o valor de cada imóvel, após ou durante a execução da obra;

VII - A Administração decidrá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da contribuição de melhoria;

PARÁGRAFO 1º - A distribuição gradual de contribuição de melhoria será feita proporcionalmente as valorização dos imóveis beneficiados, e ou em função da testada do terreno ou sua área.

PARÁGRAFO 2º - A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição de melhoria, a que se refere o inciso VII deste artigo, será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

PARÁGRAFO 3º - Para a fiel observância do limite individual da contribuição de melhoria, como definido no inciso II do artigo 163, a parcela do custo da obra a ser recuperada mediante a cobrança da contribuição de melhoria não poderá ser superior à soma das valorizações.

S E Ç Ã O IV

DA COBRANÇA

Artigo 160 - Para cobrança da contribuição de melhoria, a Administração deverá publicar previamente edital contendo, entre outros os seguintes elementos:

I - Delimitação da área obtida na forma do inciso III do artigo 159 e a relação dos imóveis nela compreendidos;

II - Memorial descritivo do projeto;

III - Orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - Determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição de melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de

melhoria por obras públicas em execução constantes de projeto ainda não concluídos.

Artigo 161 - Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas, tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

PARÁGRAFO ÚNICO - A impugnação ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Artigo 162 - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Artigo 163 - O órgão encarregado do lançamento deverá notificar o proprietário, na forma prevista no artigo 203, do:

I - Valor da contribuição de melhoria lançada;

II - Prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III - Prazo para a impugnação;

IV - Local do pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a 30 (trinta) dias o contribuinte poderá apresentar, ao órgão lançador reclamação por escrito contra:

I - O erro na localização ou quaisquer outras características do imóvel;

II - O cálculo dos índices atribuídos;

III - O valor da contribuição;

IV - O número de prestações.

Artigo 164 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhoria.

SEÇÃO V

DO PAGAMENTO

Artigo 165 - A contribuição de melhoria será paga de uma vez, quando inferior a uma Unidade Fiscal, ou quando superior a essa quantia, em prestação mensais, semestrais ou anuais, não podendo o prazo para o recolhimento parcelado ser inferior a 06 (seis) meses, nem superior a 02 (dois) anos.

Artigo 166 - As prestações da contribuição de melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais, na forma prevista em Lei Federal.

SEÇÃO VI

DA NÃO INCIDÊNCIA

Artigo 167 - A contribuição de melhoria não incide sobre imóveis de propriedade do poder público, exceto os prometidos a venda e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

SEÇÃO VII

DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Artigo 168 - Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo, ao Município percentagem na receita arrecadada.

LIVRO SEGUNDO

DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

Fl. 058

LIVRO SEGUNDO

DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

TÍTULO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 169 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Artigo 170 - Somente a Lei pode estabelecer:

I - A instituição de tributos ou a sua extinção;

II - As majorações de tributos ou a sua redução ;

III - A definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - A fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo ;

V - A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias e seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - As hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades,

Artigo 171 - Não constitui majoração de tributos a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A atualização a que se refere este artigo será feita anualmente por decreto do Prefeito.

Artigo 172 - O prefeito regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

I - As normas constitucionais vigentes;

II - As normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e Legislação Federal posterior;

III - As disposições deste código e das leis municipais a ela subsequentes.

Artigo 173 - São normas complementares das leis e decretos:

I - Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativas, a que a lei atribua eficácia normativa

III - As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - Os convênios celebrados entre o Município e a União e o Estado.

Artigo 174 - Nenhum tributo será cobrado, em cada exercício financeiro, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início desse exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO - Entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte aquele em que ocorra a sua publicação, a lei ou o dispositivo de lei que:

I - Defina novas hipóteses de incidência;

II - Extinga ou reduza isenções, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

TÍTULO II

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 175 - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I - Obrigação tributária principal;

II - Obrigação tributária acessória.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Obrigação Tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática, ou abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

Do Fato Gerador

Artigo 176 - Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Artigo 177 - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação, principal.

Artigo 178 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do município, que não configurem obrigação, principal.

Artigo 179 - Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Fazenda Municipal, para modificar a definição do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

S E Ç Ã O II

DA SOLIDARIEDADE

Artigo 180 - São solidariamente obrigados:

I - As pessoas expressamente designadas neste Código;

II - As pessoas que, ainda não expressamente neste Código, tenham interesses comuns na situação que constitua o fato ge

gerador da obrigação principal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Artigo 181 - Salvo os casos expressamente previstos em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - A isenção ou remissão do crédito exonera todos os obrigados salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

CAPÍTULO III

Do Sujeito Ativo

Artigo 182 - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária o Município de Alta Floresta é pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ela subsequentes.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição de função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa de direito público.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO IV

Do Sujeito Passivo

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 183 - Sujeito Passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código, ao pagamento de tributos da competência do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - Contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - Responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas deste Código.

SEÇÃO II

DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Artigo 184 - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A capacidade tributária passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais;

II - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;

III - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividade civis, comerciais ou profissionais ou de administração direta de seus bens ou negócios.

SEÇÃO III

DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Artigo 185 - Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição fazendária, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve a sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituem ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Na falta de elição, pelo contribuinte ou responsável de domicílio tributário na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - Quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - Quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no territótio da entidade tributante.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à obrigação.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Artigo 186 - O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recurso, declarações guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO V

Das Responsabilidades Tributárias

S E Ç Ã O I

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

S E Ç Ã O I

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Artigo 187 - Os créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, às taxas pela prestação de serviços que gravem os bens imóveis e à contribuição de melhoria subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de arrematação em hasta pública, a subrogação ocorre sobre o respectivo preço.

Artigo 188 - São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos sem que tenha havido prova de sua quitação;

II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo cujos até a data da partilha, ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão legado ou da meação;

III - O espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Artigo 189 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razaã social, ou sob firma individual.

Artigo 190 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profisional, e continuar a respectiva ex -

exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato;

I - Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade ou mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Artigo 191 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, responde solidariamente com este nos atos em que intervirem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - Os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III - Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - O síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, em razão de seu ofício;

VII - Os sócios, no caso de liquidação da sociedade de pessoas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Artigo 192 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I - As pessoas referidas no artigo anterior;

II - Os mandatários, prepostos e empregados;

III - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Artigo 193 - Constitui infração fiscal toda ação ou comissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro das normas estabelecidas na lei tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade por infração da legislação tributária salva exceções, independe da da intenção do agente ou de terceiro, e de efetividade, natureza e extensão das consequências do ato.

Artigo 194 - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorrem para a sua prática ou delas se beneficiem.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade é pessoal do agente:

I - Quanto às infrações conceituadas por lei como contravenções salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - Quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente do dolo específico:

a) - das pessoas referidas no artigo 188, contra aquelas por quem respondem;

b) - dos mandatários, prepostos e empregados, contra seus

mandantes, preponentes ou empregadores;

c) - dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Artigo 195 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa da apuração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionadas com a infração.

TÍTULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 196 - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Artigo 197 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão e seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuído, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Artigo 198 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código obedecidos os preceitos básicos fixados no Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DO LANÇAMENTO

Artigo 199 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 068

crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I - Verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II - Determinar a matéria tributável;

III - Calcular o montante do tributo devido;

IV - Identificar o sujeito passivo;

V - Propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Artigo 200 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aplica-se ao lançamento a legislação, que posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Artigo 201 - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - Lançamento direto - quando feito unilateralmente pela autoridade tributária sem intervenção do contribuinte;

II - Lançamento por homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III - Lançamento por declaração - quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de tercei-

terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária , presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável, à sua efetivação

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A omissão com ou erro dd lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso - II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º - PARÁGRAFO 4º - É de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento, a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º - PARÁGRAFO 5º - Na hipótese do inciso III deste artigo a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se fundo, e antes de notificação o lançamento.

§ 6º - PARÁGRAFO 6º - Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso III deste artigo, apurados

quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Artigo 202 - As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I - Lançamento de ofício - quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autorização administrativa, nos seguintes casos:

a) - Quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária;

b) - Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento o formulado pela autoridade administrativa recusa-se a prestá-lo ou não o presta satisfatoriamente, a juizo daquela autoridade;

c) - Quando de comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

d) - Quando se comprova omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;

e) - Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que de lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

f) - Quando se comprova que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

g) - Quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

h) - Quando se comprova que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou,

ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

i) - Nos demais casos expressamente designados neste Código ou em Lei subsequente.

II - Lançamento aditivo - quando o lançamento original consignar diferença em menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução;

III- Lançamento substitutivo - quando, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Artigo 203 - O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I - Por notificação direta;

II - Por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III - Por publicação em órgão da imprensa local;

IV - Por meio de edital afixado na Prefeitura;

V - Por remessa do aviso por via postal;

VI - Por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária e do Município;

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considera-se-á feita com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito e passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações;

I - Mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência:

a) - No órgão oficial do Estado;

b) - Por publicação em órgão da imprensa local;

II - Mediante afixação de edital na Prefeitura.

Artigo 204 - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal não implica em dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição, de recursos.

Artigo 205 - É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O arbitramento determinará, justificadamente a base tributária presuntiva.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º = O arbitramento a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

S E Ç Ã O I

DAS MODALIDADES DE SUSPENSÃO

Artigo 206 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - A moratória;

II - O depósito do seu montante integral;

III - As reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual deste Código;

IV - A concessão de medida liminar em mandato de segurança.

PARÁGRAFO ÚNICO = A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Fl. 073

S E Ç Ã O II

DA MORATÓRIA.

Artigo 207 - Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado aquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Artigo 208 - A moratória somente poderá ser concedida:

I - Em caráter geral, por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II - Em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Artigo 209 - A Lei que conceder moratória em caráter geral ou o despacho que a conceder em caráter individual obedecerão aos seguintes requisitos:

I - Na concessão em caráter geral, a lei especificará o prazo de duração do favor e os tributos a qual se aplica;

II - Na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do favor.

III - O não pagamento de 02 (duas) prestações consecutivas implicará no cancelamento automático do parcelamento, independente do prévio aviso ou notificação, promovendo se de imediato a inscrição do saldo devedor na Dívida Ativa, para cobrança executiva.

Artigo 210 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprirá ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - Com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - Sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

S E Ç Ã O III

DO DEPÓSITO

Artigo 211 - O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

I - Quando preferir o depósito a consignação judicial prevista no art. 244 deste Código;

II - Para atribuir efeito suspensivo:

a) - A consulta formulada na forma prevista neste Código;

b) - A reclamação e à impugnação referente à contribuição de melhoria;

c) - A qualquer outro ato por ele impetrato, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão, total ou parcial, da obrigação tributária.

Artigo 212 - A legislação tributária poderá estabelecer hipótese de obrigatoriedade de depósito prévio;

I - Para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II - Como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III - Como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV - Em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Artigo 213 - A importância á ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário, apurado:

I - Pelo fisco, nos casos de:

a) - Lançamento direto;

b) - Lançamento por declaração;

c) - Alteração ou substituição do lançamento original qualquer que tenha sido a sua modalidade;

d) - Aplicação de penalidade pecuniárias.

II - Pelo próprio sujeito passivo, nos casos de :

a) - Lançamento por homologação;

b) - Retificação da declaração, nos casos de lançamento por iniciativa do próprio declarante;

c) - Confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procediemnto fiscal.

III - Na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte ao sujeito passivo;

IV - Mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco , sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Artigo 214 - Considerar-se-à suspensa a exigibilidade do crédito tributário a

partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.

Artigo 215 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - Em moeda corrente no país;

II - Por cheque;

III - Por vale postal.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

Artigo 216 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a parcelado crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangindo pelo depósito.

PARÁGRAFO -ÚNICO - A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

I - Quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidade pecuniárias.

S E Ç Ã O IV

DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Artigo 217 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I - Pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 223.

II - Pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas

previstas no art. 251;

III - Pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - Pela cassação da medida liminar concedida em mandato de segurança.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

S E Ç Ã O I

DA MODALIDADE DE EXTINÇÃO

Artigo 218 - Extinguem o crédito tributário:

I - O pagamento;

II - A compensação;

III - A Transação;

IV - A remissão;

V - A prescrição e a decadência;

VI - A conversão do depósito em renda;

VII - O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município.

VIII - A consignação em pagamento, quando julgada procedente nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX - A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - A decisão judicial passada em julgado.

S E Ç Ã O II

DA ARRECADAÇÃO

Artigo 219 - O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiros, em moeda corrente ou cheque, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O crédito pago por cheque somente se considerado extinto com o resgate deste;

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Considera-se pagamento do respectivo tributo

por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, sem prejuízo da responsabilidade da fonte pagadora quando à liquidação do crédito tributário.

Artigo 220 - Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado na Tesouraria Municipal, em estabelecimentos de crédito por ela autorizados, pelas agências distritais, sob pena de nulidade.

Artigo 221 - É vedado o recolhimento de qualquer prestação de tributos, sem a liquidação das parcelas anteriores.

Artigo 222 - O pagamento do débito tributário não importa em presunção:

I - De pagamento das outras prestações em que se decomponha;

II - De pagamento de outros débitos, referentes ao mesmo ou a outros tributos, decorrentes de lançamento de ofício, aditivos, complementares ou substitutivos.

Artigo 223 - A aplicação da penalidade não importa na extinção da obrigação tributária principal ou acessória.

Artigo 224 - O montante lançado a título de Imposto Predial e Territorial Urbano, inclusive as taxas, gozará de desconto de 10% (dez por cento) se o contribuinte recolher o total do lançamento anual, até o vencimento da primeira prestação.

Artigo 225 - Aos créditos tributários Municipais aplicam-se as normas de correção monetária estabelecida em Lei Federal (ORTN).

Artigo 226 - A falta de pagamento do débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, indepemdente de ação fiscal, importará na cobrança, em conjunto dos seguintes acréscimos:

I - Multa de 10% (dez por cento) se liquidado até 30 (trinta) dias;

II - Multa de 20% (vinte por cento) se liquidado depois de 30 ((trinta) dias até 60 (sessenta) dias;

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fl. 079

III - Multa de 30% (trinta por cento) se liquidado depois de 60 (sessenta) dias;

IV - Multa de 10% (dez por cento) acrescida às mencionada nos incisos anteriores, depois de inscrito o débito em Dívida Ativa;

V - Juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração deste;

VI - Correção monetária do débito, mediante a aplicação de tabela baixadas pelo Município com base nos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal (O.R.T.N.)

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas e juros de mora de que trata este artigo, referente a prestação vencidas e não inscritas em Dívida Ativa, poderão ser dispensadas pela autoridade Fazendária, caso o contribuinte antecipe o recolhimento de igual número de prestações vencidas.

Artigo 227 - O débito do lançamento não recolhido no seu vencimento, será inscrito como Dívida Ativa, para efeito de cobrança judicial.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Nos lançamentos emitidos em parcelas, poderão as mesmas, serem inscritas em Dívida Ativa, após o vencimento de cada uma.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Os lançamentos de ofício, aditivos e substitutivos serão inscritos em Dívida Ativa, 30 (trinta) dias após a notificação.

Artigo 228 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que espeça a competente guia ou recolhimento.

Artigo 229 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Artigo 230 - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago

tributo de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada' a jurisprudência .

Artigo 231 - O executivo poderá contratar com estabelecimento de crédito, com' sede ou agência no Município, ou ainda com o Governado Estado de Mato Grosso, o recebimento de tributo, segundo normas especiais ' baixadas ou convênios firmados para esse fim.

S E Ç Ã O III

RESTITUIÇÃO

Artigo 232 - O sujeito passivo terá direito a restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguintes casos:

I - Recolhimento de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunst' tâncias materiais do fato gerador efetivamente, ocorrido ;

II - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação' da alíquota, no cálculo do montante de débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - Reforma, anulação ou revogação de decisão condenatória.

Artigo 233 - O pedido de restituição somente será conhecido quando acompanhado da prova do pagamento indevido do tributo e apresentada as razões da ilegabilidade ou irregularidade do recolhimento.

Artigo 234 - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo, financeiro, somente será feita a ' quem prove houver assumido o referido encargo ou, no caso de te - lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

Artigo 235 - A restituição total ou parcial do tributo da lugar a devolução, na mesma proporção recolhida, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que determinar.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Não será aplicada a correção monetária relativamente a importância restituída.

Artigo 236 - O direito de pleitear restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - Nas hipóteses dos incisos I e III do artigo 232 da data da extinção do crédito tributário;

II -Na hipótese do inciso III do artigo 232 da data que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão cordenatória.

Artigo 237 - Prescreve-se em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o se curso , por metade, a partir da data da intimação lidamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

SEÇÃO IV

DA TRANSAÇÃO

Artigo 238 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e, consequentemente em extinguir o crédito tributário a ele referente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O regulamento estipulará as condições e as garangias sob as quais se dará a transação.

SEÇÃO V

DA REMISSÃO

SEÇÃO V

DA REMISSÃO

Artigo 239 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário atendendo:

I - A situação econômica do sujeito passivo;

II - Ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - A diminuta importância do crédito tributário;

IV - A consideração de equidade, em relação as características pessoais ou materiais do caso;

V - A condição peculiar a determinada região do território do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 215.

SEÇÃO VI

DA PRESCRIÇÃO

Artigo 240 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

PARÁGRAFO ÚNICO - A prescrição se interrompe:

I - Pela citação pessoal feita ao devedor;

II - Pelo protesto judicial;

III - Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extra-judicial que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

SEÇÃO VII

DA DECADÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
fl. 083

S E Ç Ã O VII

DA DECADÊNCIA

Artigo 241 - O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se em 5 (cinco) anos contados:

I - Do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o recurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada iniciada constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

S E Ç Ã O VIII

DA CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA

Artigo 242 - Extingue o crédito tributário a conversão em renda, de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo;

I - Para garantia da instância;

II - Em decorrência de qualquer outra exigência da Legislação Tributária.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Convertido o depósito emr enda, o salvo por ventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - A diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue, pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II - O saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, ma forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tri-

tributário.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Aplicam-se à comversão de depósito em renda as regras de imputação do pgamento, estabelecidas no artigo 217 deste Código.

SEÇÃO IX

DA HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO

Artigo 243 - Extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do artigo 201, observadas as disposições dos seus §§ 2º, 3º e 4º.

SEÇÃO X

DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Artigo 244 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I - Derrecusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - De exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ PARÁGRAFO 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se as normas dos §§ 1º e 2º do artigo 242.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls. 085

SEÇÃO XI

Das Demais Modalidades de Extinção

Artigo 245 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I - Declare a irregularidade de sua consituição;

II - Reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - Exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação; ou

IV - Declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas neste Código.

CAPÍTULO V

Da Exclusão do Crédito Tributário

SEÇÃO I

Das Modalidades de Exclusão

Artigo 246 - Excluem o crédito tributário:

I - A isenção;

II - A anistia.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequentes.

SEÇÃO II

DA ISENÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls. 086

SEÇÃO II

DA ISENÇÃO

Artigo 247 - Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas;

I - Deste Código ou de Lei Municipal subsequente;

II - De Lei Federal complementar, nos termos do artigo 19, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil com alteração da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969

PARÁGRAFO ÚNICO - A isenção concedida expressamente para determinado tributo, não aproveita aos demais, não sendo também extensiva a outros instituídos posteriormente à sua concessão.

Artigo 248 - A isenção pode ser:

I - Em caráter geral, concedida por Lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município;

II - Em caráter individual, efetivada por despacho da Autoridade Administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Tratando-se de tributo lançado por período, certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo deverá ser renovada antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixou de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O despacho a que se refere o inciso II deste artigo, bem como as renovações a que alude o parágrafo anterior, não geram direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do artigo 207.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 087

Artigo 249 - A concessão de isenção por Leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

SEÇÃO III

Da Anistia

Artigo 250 - A anistia, assim entendido o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa do pagamento das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente a vigência da Lei que a conceder, não se aplicando:

I - Aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele;

II - Aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal nº 4.729, de 14 de julho de 1.965;

III - As infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas maturais ou jurídicas.

Artigo 251 - A autoridade Administrativa poderá conceder anistia:

I - Em caráter geral;

II - Limitadamente:

a) - às infrações da legislação relativa a determinado o tributo;

b) - às infrações punidas com penalidades pecuniárias, até determinado montante, conjugados ou não com penalidades de outra natureza;

c) - a determinada região do território do Município, em função das condições e ela peculiares;

d) - sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela Lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA 088

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para à sua concessão.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível a regra do artigo 209.

Artigo 252 - A concessão da anistia da a infração por não cometida e, por conseguinte, a infração anistiada não constitui antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequentes, cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

Da Fiscalização

Artigo 253 - Todas as funções referentes a cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração a Legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei da organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação do "fisco" ou "fazenda Municipal".

Artigo 254 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitem verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários ou outras obrigações previstas, a Fazenda Municipal, poderá:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA 5083

I - Exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador da obrigação tributária;

II - Fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades, possíveis de tributação ou nos bens que constituem matéria tributável

III - Exigir informações escritas ou verbais;

IV - Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição Fazendária;

V - Requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável a realização de diligência, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI - Notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na Legislação tributária.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O disposto neste artigo aplica-se inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidades ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes, ou limitativas do direito de examinar, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Artigo 255 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à Fazenda Municipal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios, ou atividades de terceiros:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 090

I - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - As empresas de administração de bens;

IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - Os inventariantes;

VI - Os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - Os inquilinos e os titulares do direito de usufruto uso ou habitação;

VIII - Os síndicos, ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio.

IX - Os responsáveis por repartições do Governo Federal, Estadual ou Municipal, da Administração direta e indireta;

X - Os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

XI - Quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenha em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros

PARÁGRAFO ÚNICO - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ,ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Artigo 256 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por qualquer meio para qualquer fim, por parte do fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO -Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente

I - A prestação mútua de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações entre órgãos federais, estaduais e municipais, nos termos do artigo 199 do Código Tributário Nacional;

II - Os casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Artigo 257 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Artigo 258 - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligência de fiscalização labrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos, quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder à diligência.

CAPÍTULO II

Da Dívida Ativa

Artigo 259 - Constitui a Dívida Ativa Tributária do Município a aproveniente de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 092

Artigo 260 - A Dívida Ativa Tributária regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez a tem o efeito de prova pre constituída.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro que a aproveite.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A influência de juros de mora e a aplicação dos índices de correção monetária não excluem a liquidez do crédito.

Artigo 261 - O registro de inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - O nome do devedor e, sendo o caso, dos co-responsáveis bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - A quantia devida a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - A origem e a natureza do crédito, mencionado especificamente a disposição legal em que esteja fundado;

IV - A data em foi inscrita;

V - O número do processo administrativo de que se oroginou o crédito, se for o caso.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A certidão da Dívida Ativa contará além dos elementos previstos neste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão de crédito tributário não invalida a certidão nem prejudica os demais débitos objetos da cobrança.

§ 4º - PARÁGRAFO 4º - O registro da Dívida Ativa e a expedição das certidões poderão ser feitos, a critério da Administração, através de sistemas mecânicos com a utilização de fichas e róis em folhas solta, desde que atendam aos requitos estabelecidos neste artigo.

Artigo 262 - A cobrança da Dívida Tributária do Município será procedida:

I - Por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II - Por via judicial - quando processada pelos órgãos judiciários.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - Na cobrança da dívida, a autoridade administrativa poderá, mediante solicitação da parte, autorizar o seu recebimento em até 12 (doze) parcelas, nos casos de manifesto dificuldade do contribuinte continuando a fluir os acréscimos legais.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no § anterior, tornará sem efeito o parcelamento concedido.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que tenha dado início ao procedimento amigável, ou ainda proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.

CAPÍTULO III

Das Certidões Negativas

Artigo 263 - A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Artigo 264 - A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsa

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 094

responsabilidade funcional.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que' couber.

Artigo 266 - Para fins de aprovação de projetos de arruamento e loteamentos ' concessão de serviços públicos, apresentação de proposta em licitação, será exigida do interessado a Certidão Negativa.

Artigo 267 - Sem prova por certidão negativa, ou por declaração de isenção ou recolhimento de imunidade com relação aos tributos ou a quais- ' quer outros ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavras, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Artigo 268 - A expedição de Certidão Negativa, não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que tenham a ser apurados.

CAPÍTULO IV

Do Procedimento Tributário

S E Ç Ã O I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 269 - O procedimento tributário terá início com:

I - A notificação do lançamento, nas formas previstas neste Código;

II - A lavratura do auto de infração;

III - A lavratura do termo de apreensão de livros ou documentos' fiscais.

PARÁGRAFO ÚNICO -A impugnação instaura a fase litigiosa do procedimento.

S E Ç Ã O II

Do Auto de Infração

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
fls 095

SEÇÃO II

Do Auto da Infração

Artigo 270 - Verificando-se infração de dispositivo de legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:

I - O local, a data e a hora da lavratura;

II - O nome e o endereço do infrator, com o número da respectica inscrição, quando houver;

III - A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV - A capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;

V - A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 30 (trinta) dias;

VI - A assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

VII- A assinatura do próprio autuado ou infrator, ou do seu representante, mandatário ou preposto, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do ato ou agravamento da infração.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - As comissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Artigo 271 - O autuado será intimado da lavratura do auto de infração;

I - Pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração do próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo

não pode ou se recusou a assinar.

Artigo 272 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal sem despacho de autoridade administrativa.

S E Ç Ã O III

DO TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS

Artigo 273 - Poderá ser apreendido bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração à legislação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Artigo 274 - A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e do nome do depósitário, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis a identificação do contribuinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - O autuado será intimado na lavratura do termo de apreensão, ma forma do artigo 266.

Artigo 275 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo, na forma regulamentar, após a quitação do débito ou regularização da situação.

S E Ç Ã O IV

DA IMPUGNAÇÃO

Artigo 276 - Na hipótese da impugnação, ou dos recursos, serem julgados improcedentes, os tributos e penalidades impugnadas ou recorridas ficam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA fls 097

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - O sujeito passivo, ou o autuado, poderá cessar no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o depósito do valor correspondente ao débito.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - Julgada procedente a impugnação, ou aos recursos, serão restituídos ao sujeito passivo ou autuado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do despacho da decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior.

§ 3º - PARÁGRAFO 3º - Em caso de procedente a impugnação, será concedido novo prazo para pagamento.

S E Ç Ã O VI

DA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Artigo 278 - O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração, mediante defesa escrita, alegando, de uma só vez, toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§ 1º - PARÁGRAFO 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará

I - A autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - A qualificação do interessado, o número do contribuinte no Cadastro respectivo e o endereço para intimação;

III - Os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;

IV - Os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

V - As diligências que os sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

VI - O objetivo visado.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA Fls 098

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Artigo 279 - Após apresentada a impugnação a autoridade administrativa encaminhará o processo ao funcionário fiscal autuante, ou a outro na falta daquele, para que proceda a constetação no prazo de oito dias.

Artigo 280 - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências que entender necessárias, fixando-lhe prazo, e indefirirá, as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor da impugnação, será reaberto o prazo para oferecimento da nova impugnação ou aditamento da primeira.

Artigo 281 - Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

PARÁGRAFO ÚNICO: - O impugnador será notificado do despacho no prazo de 10 (dez) dias, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos inciso II e III do artigo 278.

Artigo 282 - É autoridade administrativa para decisão de recursos o Prefeito Municipal, ou a autoridade fiscal à quem delegar.

CAPÍTULO V

DA CONSULTA

CAPÍTULO V

DA CONSULTA

Artigo 283 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Artigo 284 - A consulta será dirigida ao Prefeito Municipal, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Artigo 285 - Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal serão iniciados contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Artigo 286 - Os efeitos previstos mo artigo anterior não se produzirão, em relação às consultas:

I - Meramente protelatória, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;

II - Que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;

III - Formuladas por consultantes que, à data de sua apresentação estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, intimados para ação judicial de natureza tributária, relativamente a matéria consultada.

Artigo 287 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração acorrida.

Artigo 288 - A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contados na data da sua apresentação, encaminhan

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 100

encaminhando o processo ao Prefeito, que decidirá.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do despacho proferido em processo de consulta ' não caberá recurso nem pedido de reconsideração

Artigo 289 - O Prefeito, ao homologar a solução à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias, para o cumprimento da eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuizo da aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - O consultante poderá fazer cessar, no todo ou ' em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será ' restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consultante.

Artigo 290 - A resposta à consulta será vinculante para a administração salvo' se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consultante

Artigo 291 - Ficam revogadas as isenções fiscais anteriores, respeitadas as ' que, mediante condição, foram concedidas por prazo determinado.

Artigo 292 - O prefeito municipal, por despacho fundamentado, poderá autorizar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de letígio e consequente extinção do crédito tributário, quando, discutido judicialmente:

I - O montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento ou estimativa;

II - A incidência ou forma de cálculo do tributo form matéria ' eminentemente controvertida;

III - O tributo, sob alegação de competência de outra Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, o Poder Júdiciário decidir favoravelmente Fazenda Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fl. 101

PARÁGRAFO ÚNICO - A transação limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos referentes a multas, juros moratórios e correção monetária, salvo em casos especiais, quando poderá abranger, também o principal, desde que não implique em redução superior a 40% (quarenta por cento) do seu valor.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 293 - Os serviços Municipais não remunerados por taxas, instituídas neste Código, o serão pelo sistema de preço.

1º - PARÁGRAFO 1º - O preço representa a retribuição a um serviço ou fornecimento feito pela Prefeitura em caráter concorrente com o particular, constituindo-se em receita originária.

§ 2º - PARÁGRAFO 2º - O Executivo regulamentará e publicará os preços fixados.

Artigo 294 - Fica fixado em Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) o valor da Unidade Fiscal de Alta Floresta (UFAF), que servirá de base de cálculo para os impostos e taxas e as penalidades por infração à Legislação Tributária e Administrativa.

Artigo 295 - O valor da unidade fiscal será obrigatoriamente corrigido trimestralmente para vigorar no trimestre seguinte, por Decreto baixado pelo Executivo em função dos índices corretivos da O.R.T.N. fixados nos meses de Janeiro/Abril/Agosto/Dezembro.

Artigo 296 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 012/83.

Alta Floresta - MT., 30 de Novembro de 1.983.

EDSON SANTOS
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

IMPOSTO PREDIAL URBANO

I - IPU ..... 1% s/ Valor Venal

IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

II - ITU ..... 2% s/ Valor Venal

ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA O IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

Com base no tempo de propriedade do imóvel a partir de primeiro de janeiro de 1.984.

III - ITU ..... 2% s/ Valor Venal até 2 anos

IV - ITU ..... 3% s/ Valor Venal até 3 anos

V - ITU ..... 4% s/ Valor Venal até 4 anos

VI - ITU ..... 5% s/ Valor Venal até 5 anos

VII - ITU ..... 6% s/ Valor Venal até 6 anos

VIII- ITU ..... 7% s/ Valor Venal após 7 anos

A N E X O II

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

INCISO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	ALÍQUOTA S/A U.F.A.F MESES	ALÍQUOTA BASE S/ REC. BRUTA MESES
I	Médicos, dentistas, veterinários, advogados ou provisionados, economistas, engenheiros, arquitetos e urbanistas	200 %	
II	Contadores, auditores, guarda-livros, e técnicos em contabilidade.....	100 %	
III	Enfermeiros, protéticos, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos e psicólogos.....	100 %	
IV	Intermediário ou mediadores/ de negócios sem vínculos e estabelecimento ou localização fixa	100 %	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
fl. 103

A N E X O II

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

INCISO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	ALÍQUOTA S/A U.F.A.F MESES	ALÍQUOTA BASE S/ REC. BRUTA MESES
V	Demais profissionais autônomos..	50 %	
VI	Hospitais, sanatórios, ambulatórios, pronto socorros, banco de sangue, casas de repouso e recuperação e similares sob orientação médica.....		3 %
VII	Representações comerciais.....		5 %
VIII	Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares.....		3 %
IX	Transportes e comunicações de natureza estritamente municipal...		5 %
X	Serviços de carga, descarga e arrumação de mercadorias.....		3 %
XI	Agenciamento, corretagens, planejamento, administração e intermediação de qualquer natureza.....		3 %
XII	Arrendamento e aluguel de bens móveis pelo processo "LEASING"..		3 %
XIII	Serviços especializados de reparação e manutenção de bombas de gasolina e aeronaves.....		3 %
XIV	Locação de bens móveis.....		3 %
XV	Escritório de Contabilidade e Auditoria.....		3 %
XVI	Serviços de aração, destoca e terraplanagens, aberturas de estradas - e similares.....		4 %
XVII	Instalação e montagem de equipamentos, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica.....		3 %

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 104

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

INCISO	D I S C R I M I N A Ç Ã O	ALÍQUOTA S/A U.F.A.F MESES	ALÍQUOTA BASE S/ REC. BRUTA MESES
XVIII	Sociedade de médicos, inclusive laboratórios de análises clínicas e radiológicas.....		3 %
XIX	Ensino de qualquer grau de natureza, vigilância, limpeza de bens imóveis raspagens e lustração de assoalhos.....		3%
XXI	Diversões públicas.....		5 %
XXII	Demais atividades de prestação de/ serviços.....		5 %
XXIII	O imposto mínimo anual é de.....	50 %	
XXIV	SOCIEDADE CIVIL PREVISTA NO ART.41	PORCENTUAL S/UFAF p/ mês e p/ prof.habil.	
	a) - Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica, agentes de propriedade industrial.....	150 %	
	b) - Médicos, dentistas, veterinários, economistas, engenheiros, arquitetos e urbanistas.	150 %	
	SOCIEDADE CIVIL PREVISTA NO ART.41	PORCENTUAL S/ UFAF p/ mês e p/prof. habilit.	
	c) - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstretas, ortópticos, fonoaudiólogos e psicólogos, contadores, auditores, guarda-livros, técnicos em contabilidade..... ...	50 %	

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
EXTRAÇÃO E TRATAMENTOS DE MINERAIS		
Extração de pedras e Outros Materiais para construção.....	ano	300
Extração de pedras e metais preciosos semipreciosos.....	ano	500
INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MINERAIS / NÃO METÁLICOS		
Aparelhamento de pedras para construção a execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras.	ano	300
Britamento de pedras.....	ano	400
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido.....	ano	400
Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e amianto....	ano	400
Fabricação e elaboração de outros produtos de minerais não metálicos não especificados ou não classificados...	amo	300
INDÚSTRIA METALÚRGICA		
Fabricação de estruturas metálicas...	ano	400
Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não ferrosos exclusive móveis.....	ano	400
Estamparia, funilaria e latoaria.....	ano	400
Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro....	ano	450
Fabricação de outros artigos de metal não especificados ou não classificados.....	ano	400

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
106

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE		
Construção de embarcações e fabricação de caldeiras.....	ano	500
Reparação de embarcações e de motores marítimos de qualquer tipo.....	ano	500
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores rodoviários	ano	500
Fabricação de carroçarias para veículos / automotores.....	ano	450
Fabricação de estofados e capas para veículos.....	ano	450
INDÚSTRIA DE MADEIRA		
Desdobramento de madeira.....	ano	600
Fabricação de estruturas de madeira e artigos de carpintaria.....	ano	500
Fabricação de chapas e placas de madeira, aglomerada ou prensada, a de madeira compensada, revestida ou não com material / plástico.....	ano	500
Fabricação de artigos diversos de madeira - exclusive mobiliário.....	ano	400
INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO		
Fabricação de móveis de madeira, vima e/ junco....	ano	500
Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não / com lâminas plásticas - inclusive estofados.....	ano	500
Fabricação de artigos de colchoaria.....	ano	450
Fabricação de ababamento de móveis e artigos de mobiliário não especificados ou não classificados.....	ano	500

ANEXO III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
INDÚSTRIA DE COUROS PELES E PRODUTOS SIMILARES		
Curtimento e outras preparações de couros/ e peles, inclusive subprodutos.....	ano	400
Sacagem e salga de couros e peles.....	ano	400
Fabricação de malas, válises e outros artigos para viagem.....	ano	450
Fabricação de outros artefatos de couro ou pelas - exclusive calçados e artigos de / vestuário.....	ano	400
INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS		
Confecção de roupas e agasalhos.....	ano	400
Fabricação de chapéus.....	ano	400
Fabricação de calçados...	ano	450
Fabricação de acessórios do vestuário guarda-chuvas, lenços, gravatas, cintos e bolsas etc.....	ano	450
Confecção de outros artefatos de tecidos / não especificados ou não classificados....	ano	450
INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES		
Beneficiamento de café, cereais e produtos afins....	ano	500
Torrefação e moagem de café.....	ano	500
Fabricação de produtos de milho.....	ano	500
Fabricação de produtos de mandioca.....	ano ,	450
Fabricação de farinhas diversas.....	ano	400
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares diversos de origem vegetal, não especificados ou não / classificados.....	ano	450
Abate de animais.....	ano	400
Produção da banha, não processada em matadouros e frigoríficos.....	ano	300

Fls 108

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES (Cont		
Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios.....	ano	500
Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc inclusive gômas de mascar.....	ano	450
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.....	ano	450
Fabricação de massas alimentícias e biscoitos.....	ano	500
Fabricação de sorvetes, bolos e tortas gelados - inclusive gelo.....	ano	450
Fabricação de vinagres.....	ano	450
Fabricação de rações balanceadas e de / alimentos preparados para animais - inclusive.farinha.de.carne,.sangue, osso/ ou peixe.....	ano	450
Fabricação de outros produtos alimentares, não especificados ou classificados	ano	450
INDÚSTRIA DE BEBIDAS		
Fabricação de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas.....	ano	600
Fabricação de bebidas não alcoólicas...	ano	500
Engarrafamento e classificação de águas minerais - inclusive embalagem plástica	ano	500
INDÚSTRIA DE EDITORIAL E GRÁFICA		
Impressão, adição, edição e impressão / de jornais, outros periódicos, livros e manuais.....	ano	500
Impressão de material escolar, material para usos industrial e comercial, para propaganda e outros afins - inclusive litografado.....	ano	450
Execução de outros serviços gráficos,		

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 109

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
INDÚSTRIA DE EDITORIAL E GRÁFICA (Cont.		
não especificados ou não classificados...	ano	450
INDÚSTRIAS DIVERSAS		
Lapidação de pedras preciosas e semi-pree		
ciosas...	ano	500
Fabricação de escovas, broxas, pincéis, /		
vassouras espanadores e semelhantes.....	ano	400
Fabricação de brinquedos.....	ano	400
Fabricação de outros artigos, não especi-		
ficados ou não classificados.....	ano	450
INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO		
Construção Civil.....	abo	450
Pavimentação, terraplanagem, construção /		
de estradas e desmatamentos.....	ano	500
Construção de obras de arte (viadutos, /		
pontes, mirantes, etc).....	ano	500
AGRICULTURA E CRIAÇÃO ANIMAL		
Agricultura (quando esplorada por pessoa/		
jurídica).....	ano	500
Extração vegetal.....	ano	500
Criação Animal - exclusive bovinocultura.	ano	400
Bovinocultura (quando esplorada por pessoa		
jurídica.....	ano	500
Florestamento e reflorestamento.....	ano	500
SERVIÇOS DE TRANSPORTE		
Transportes aquaviários de passageiros...	ano	400
Transporte aquaviários de cargas.....	ano	400
Transportes aquaviários de passageiros e		
cargas...	ano	450
Transportes rodoviários de passageiros...	ano	500
Transportes rodoviários de cargas.....	ano	500
Transportes rodoviários de passageiros e		
carga...	ano	500
Transportes urbanos de passageiros.....	ano	500

Fls 110

ANEXO III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
SERVIÇOS DE TRANSPORTES (Cont.		
Transportes urbanos de cargas	ano	500
Garagana e parqueamento de veículos	ano	400
Outros serviços de transporte não especificados ou não classificados.....	ano	450
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES		
Radiodifusão.....	ano	300
Outros serviços de comunicações.....	ano	400
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO		
Hotéis e Motéis: de 1ª categoria.....	ano	600
de 2ª categoria....	ano	450
de 3ª categoria.....	ano	400
Pensões: de 3ª categoria.....	ano	400
Outros serviços de alojamento.....	ano	400
Restaurantes e lanchonete:		
de 1ª categoria.....	ano	450
de 2ª categoria.....	ano	400
Bares, Botequins e cafés, confeitarias, leiterias e sorveterias:		
de 1ª categoria.....	ano	450
de 2ª categoria.....	ano	300
de 3ª categoria.....	ano	200*
Outros serviços de alimentação não especificados ou não classificados.....	ano	400
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		
Reparação, manutenção e conservação de máquina e aparelhos de uso doméstico.....	ano	450
Reparação, manutenção e conservação de máquinas e aparelhos de uso escritório.....	ano	450
Reparação, manutenção e conservação de máquinas e aparelhos não especificados.....	ano	450
Reparação de veículos de qualquer tipo.....	ano	400
Manutenção e conservação de veículos em geral - inclusive lavagem e lubrificação.....	ano	400

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 111

ANEXO III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		
Outras reparações não especificadas ou não/ classificadas.....	ano	400
SERVIÇOS PESSOAIS		
Serviços de higiene - barbearias, saunas, / lavanderias, etc:		
1ª categoria.....	ano	450
2ª categoria.....	ano	400
Confecção sob medida e reparação de artigos do vestuário - inclusive calçados.....	ano	450
Serviços de advogacia (com estabelecimento	ano	400
Serviços de engenharia, arquitetura e decoração.....	ano	500
Assistência médica, odontológica e veterinária.....	ano	400
Serviços de outros profissionais liberais / não ligados diretamente ao comércio.....	ano	400
Hospitais e casas de saúde.....	ano	500
Laboratórios radiológicos.....	ano	400
Laboratório de análises clínicas.....	ano	450
Estabelecimentos particulares de ensino de 1º grau.....	ano	400
Estabelecimentos particulares de ensino de/ 2º grau.....	ano	400
Estabelecimentos particulares de ensino superior....	ano	400
Outros estabelecimentos particulares de ensino...	ano	400
Turismo e agência de viagem.....	ano	400
Outros serviços pessoais não especificados ou não classificados....	ano	400

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
SERVIÇOS COMERCIAIS		
Serviços auxiliares do comércio de mercadorias - inclusive de distribuição.....	ano	400
Publicidade e propaganda.....	ano	400
Locação de bens móveis.....	ano	400
Serviços de assessoria, consultoria, organização e administração da empresa, elaboração de projetos, pesquisas e informações comerciais.	ano	400
Serviços de contabilidade e despachante.....	ano	400
Serviços de fotografia, aerofotogrametria e correlatos.....	ano	400
Empreiteiros e locadores de mão-de-obra.....	ano	400
Serviços de conservação, limpeza e segurança.	ano	400
Outros serviços comerciais não especificados/ ou não classificados.....	ano	400
SERVIÇOS DE DIVERSÕES		
Cinemas e teatros.....	ano	400
Boates e similares: 1ª categoria.....	ano	600
2ª categoria.....	ano	500
Circos de qualquer natureza.....	quinzena	600
Parques de diversões.....	quinzena	600
Outros serviços de diversões não especificados ou não classificados.....	quinzena	500
ENTIDADES FINANCEIRAS		
Bancos e caixas econômicas.....	ano	600
Bancos e empresas de crédito, financiamento e investimentos.....	ano	600
Empresas correlatas de títulos e valores.	ano	500
Outras entidades financeiras não especificadas ou não classificadas.....	ano	500
COMÉRCIO ATACADISTA		
Comércio atacadista de produtos e resíduos de origem animal - exclusive produtos alimentícios...	ano	400

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
fls 113

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
COMÉRCIO ATACADISTA (Cont.		
Comércio atacadista de produtos e resíduos de origem vegetal - exclusive produtos alimentícios	ano	400
Comércio atacadista de ferragens e produtos metalúrgicos.....	ano	500
Comércio atacadista de madeira.....	ano	500
Comércio atacadista de materiais de construção.	ano	500
Comércio atacadista de acessórios para veículos.	ano	500
Comércio atacadista de veículos e acessórios....	ano	500
Comércio atacadista de móveis e outros artigos de habitação e de utilização doméstica.....	ano	500
Comércio atacadista de produtos químicos e farmaceuticos.....	ano	600
Comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes.....	ano	1.000
Comércio atacadista de artigos do vestuário, inclusive calçados e artigos de armarinhos.....	ano	600
Comércio atacadista de cereais e farinhas.....	ano	600
Comércio atacadista de frutas e legumes.....	ano	600
Comércio atacadista de leite e derivados.....	ano	600
Comércio atacadista de carnes, pescado e animais abatidos.....	ano	700
Comércio atacadista de produtos alimentícios diversos.....	ano	600
Comércio atacadista de bebidas, refrigerantes e águas minerais.....	ano	500
Comércio atacadista de cigarros, fumos e artigos de tabacaria.....	ano	700
Comércio atacadista de mercadorias em geral sem produtos alimentícios.....	ano	600
Comércio atacadista de mercadorias em geral com produtos alimentícios.....	ano	600
Comércio atacadista de produtos não especificados ou não classificados.....	ano	500

Fls. 114

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
COMÉRCIO VAREJISTA		
Comércio varejista de ferragens, produtos metalúrgicos, artigos sanitários, materiais de construção e material elétrico:		
1 - de pequeno porte.....	ano	350
2- de médio porte...	ano	400
3 - de grande porte.....	ano	500
Comércio varejista de máquinas e aparelhos elétricos:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte.....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	500
Comércio varejista de veículos....	ano	500
Comércio varejista de veículos e acessórios...	ano	500
Comércio varejista de peças e acessórios para/ veículos:		
1 - de pequeno porte.....	ano	350
2 - de médio porte.....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	550
Comércio varejista de móveis, artigos de habitação e de utilidade doméstica:		
1 - de pequeno porte....	ano	400
2 - de médio porte.....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	500
Comércio varejista de livros, papel, impressos e artigos de escritório:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	500
Comércio varejista de produtos químicos, farmacêuticos e veterinários:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte.....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	600
Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes - exclusive gás liquefeito de petróleo:		
1 - de pequeno porte.....	ano	500

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fl. 115

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
COMÉRCIO VAREJISTA (Cont.		
2 - de médio porte.....	ano	550
3 - de grande porte.....	ano	600
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo:..	ano	450
Comércio varejista de tecidos:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte.....	ano	450
3 - de grande porte....	ano	500
Comércio varejista de artigos de vestuário, inclusive calçados e artigos de armarinho - exclusive / magazine:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte....	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	500
Comércio varejista de carnes, pescado e animais / abatidos:		
1 - de pequeno porte.....	ano	400
2 - de médio porte...	ano	450
3 - de grande porte.....	ano	500
Mercearias e armazéns:		
1 - de pequeno porte:.....	ano	300
2 - de médio porte...	ano	350
3 - de grande porte.....	ano	450
Supermercados.....	ano	500
Magazine.....	ano	400
Tabacarias e charutarias.....	ano	400
Joalheria, relojoarias, artigos de ótica, material fotográfico e cinematográfico.....	ano	400
Comércio varejista de brinquedos, artigos desportivos, recreativos e para presentes - exclusive magazine.....	ano	400
Comércio varejista de artefatos de borracha e de plástico - exclusive magazine.....	ano	350
Comércio varejista de couro e artefatos - exclusive magazine....	ano	400
Comércio varejista de artigos usados.....	ano	300
Casas lotéricas...	ano	400

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
fls 116

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ESTADO DE MATO GROSSO

GABINETE DO PREFEITO

A N E X O III

TABELA PARA EFEITO DA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	ALÍQUOTA SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA %
COMÉRCIO VAREJISTA (Cont.		
Comércio varejista de produtos não especificados ou não classificados.....	ano	300
COMÉRCIO, INCORPORAÇÃO E LOTEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS		
Compra e venda de bens imóveis.....	ano	400
Incorporação de imóveis.....	ano	400
Loteamento de imóveis.....	ano	500
Administração de imóveis.....	ano	400
COOPERATIVAS		
Cooperativas de produção...	ano	300
Cooperativas de beneficiamento, indústrialização e comercialização.....	ano	300
Cooperativas de consumo de bens e serviços.....	ano	300
Cooperativas não especificadas ou não classificadas.....	ano	300

O B S E R V A Ç Ã O :

Para efeito de apuração do porte do estabelecimento, o órgão competente deverá considerar:

I - a sua localização por zona ou setor;
II - a área utilizada e utilizável;
III - o valor das instalações;
IV - o valor do aluguel, quando for o caso.

A N E X O IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COMÉRCIO AMBULANTE

- Será regulamentada através de Decreto, com observância dos direitos de livre comércio.

A N E X O V

TABELA PARA COBRANÇA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS LOTEAMENTOS E OBRAS.

NATUREZA DAS OBRAS	ALÍQUOTA BASE SOBRE A U.F.A.F.
1) - Pela aprovação de projetos ou de substituição de projetos, de aumento de área e pela/ respectiva fiscalização da obra:	
a) - Construções residenciais (até 2 pavi-/ mentos) térrea, cada 10 m2 ou fração..	1 %
b) - Construções de edifícios comerciais e industriais, e de outras finalidades : cada 10 m2 ou fração.....	0,8 %
c) - Aprovação de projetos de reforma, inclusive aumento de área: de edificações até 100 m2, de mais de 100 m2, cada 10 m2 de área	4,0 % 1,0 %
d) - Vistorias para "Visto de Conclusão" e "Visto Parcial - até 2 pavimentos.....	50 %
- por pavimento excedente.....	30 %
e) - Para execução de levantamentos e loteamentos de terrenos cobrado por 100 m2 ou fração	
- por terreno até 30.000 m2.....	0,24 %
- pelo que exceder de 30.0000 m2, cada 100 m2	0,20 %

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLOR
Fls 118

A N E X O VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

1) - Publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos / industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros:

- Qualquer espécie ou quantidade por anúncio ..... 20% UFAF.

2) - Publicidade:

I - Em veículos de uso não destinados à publicidade como ramo de negócio.

- Qualquer espécie ou quantidade por anúncio ..... 2% UFAF . (MÊS)

II - Publicidade sonora, por qualquer processo..... 8% UFAF . (MÊS)

III - Publicidade escrita impressa em folhetos..... ..... 8% UFAF . (MÊS)

IV - Em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de / projeção de filmes ou dia positivos..... ...8% (MÊS).

3) - Publicidade, colocados em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais - por m2..... 20%/ANO

A N E X O VII

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS LOGRADOUROS PÚBLICOS

- O Executivo regulamentará a aplicação e cobrança, bem como a Tabela de Valores, de acordo com o local e época do ano.

TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE GADO FORA DO MATADOURO MUNICIPAL

1) - Bovimos, por cabeça..... .... 5,0 %

- Suínos, por cabeça..... 3,0 %

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 119

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA / REMOÇÃO DE LIXO

- O Executivo regulamentará, através de Decreto, a cobrança da Taxa de Limpeza Pública, conforme mapa de Zoneamento do Distrito sede e demais Distritos.

ANEXO IX

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE

ESPECIFICAÇÃO:

01) - REQUERIMENTOS

a) - Protocolização de requerimentos para inscrição, fornecimento de atestado, diploma e certidão de concurso público. ..... 5,0 %

b) - Protocolização de requerimento dirigido a qualquer autoridade Municipal, para os demais fins..... 5,0 %

02) - Alvarás para qualquer finalidade, expedido, anotado ou transferido, por unidade..... 5,0 %

03) - Atestados e certidões:

a) - Negativa de tributos..... ..... 20,0 %

04) - Busca de papéis, livros e documentos no arquivo Municipal:

a) - De busca por ano..... 100,0 %

05) - Fornecimento de cópias de plantas, diagramas etc., do arquivo Municipal:

a) - Até 1/2 metro quadrado..... 80,0 %

b) - De 1/2 a 1 metro quadrado..... 50,0 %

06) - Averbação e cadastro:

Arrecadador por ocasião da anotação da transmissão no cadastro Municipal..... 5,0 %

07) - Outros atos do Prefeito, não especificados nesta tabela, e que dependem de anotação, vistorias, decretos, portarias, etc 50,0 %

08) - Expedição de jogos de recibos de tributo lançado..... 1,0 %

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Fls 120

ANEXO X

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Serão regulamentadas pelo Executivo através de Decretos.

ANEXO XII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE / ESTRADAS DE RODAGEM:

ITEM	HECTARES	% S/ U.F.A.F. POR HECTARES	
		1º SEMESTRE (1)	2º SEMESTRE (2)
I	Até 105	2,625	3,500
II	105 à 205	2,250	3,000
III	205 à 305	1,875	2.500
IV	305 à 1.000	1,500	2,000
V	1.000 à 1.500	1,350	1,800
VI	Acima de 1.500	0,900	1,200

NOTA : 1) Valor da Taxa por hectares para pagamento no 1º semestre de cada ano.

2) Valor da Taxa por hectare para pagamento no 2º semestre de cada ano.